

ARTIGO

QUALIDADE METODOLÓGICA DAS PESQUISAS DOCUMENTAIS SOBRE CONTROLE DISCIPLINAR INTERNO DA POLÍCIA MILITAR: REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA¹

EDVALDO MARQUES DE ARAÚJO

Graduado em Psicologia (UNIVASF) e integrante do grupo de pesquisa Comportamento, Cooperação e Cultura (3C). Possui interesse nas áreas de Psicologia, Análise do Comportamento, Metodologia Científica e Relações Raciais.

País: Brasil **Estado:** Pernambuco **Cidade:** Petrolina

Email: edvaldomdearaujo@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-0629-249X>

RAQUEL ROCHA DA SILVA OLIVEIRA

Psicóloga pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Pós-graduanda em ABA aplicada ao Autismo e Deficiência Intelectual pelo Child Behavior Institute of Miami (CBI of Miami) e mestranda em Processos Cognitivos e Comportamentais pela UNIVASF. Atualmente integra o GPAC - Grupo de pesquisa Conceitual, Básica, e Aplicada em Análise do Comportamento. Possui interesse em Comportamento Verbal e Análise do Comportamento Aplicada ao TEA.

País: Brasil **Estado:** Pernambuco **Cidade:** Petrolina

Email: psiraquelrocha@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0009-0007-5861-5672>

ANGELO AUGUSTO SILVA SAMPAIO

Professor da Graduação e da Pós-graduação em Psicologia da Univasf. Doutor (USP) e mestre (PUC-SP) em Psicologia Experimental e graduado em Psicologia (UFBA). Editor adjunto da Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva e membro do Corpo Editorial da Behavior and Social Issues.

País: Brasil **Estado:** Pernambuco **Cidade:** Petrolina

Email: angelo.sampaio@univasf.edu.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-7154-0862>

Contribuições dos(as) autores(as): Todos os autores contribuíram substancialmente nas etapas de coleta de dados; análise e interpretação dos resultados; e redação e revisão crítica. Edvaldo Araújo e Angelo Sampaio desenvolveram a etapa de concepção e delineamento do projeto.

Data de Recebimento: 04/08/2023 – **Data de Aprovação:** 03/10/2023

DOI: 10.31060/rbsp.2025.v19.n1.1976

RESUMO

O desempenho dos órgãos de controle disciplinar da atividade policial tem sido investigado para compreender a relação de intervenções policiais com a violência urbana. Para caracterizar e avaliar a qualidade metodológica dessas pesquisas, o presente trabalho revisa sistematicamente a literatura entre

¹ Nossos agradecimentos à Universidade Federal do Vale do São Francisco pela bolsa de iniciação científica concedida a Edvaldo Araújo para a realização desta pesquisa e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de iniciação científica concedida a Raquel Rocha em período concomitante com a realização desta pesquisa. Além disso, agradecemos aos membros do grupo de pesquisa Comportamento, Cooperação e Cultura (3C) e ao Prof. Dr. Adalton Marques pelas considerações sobre a presente pesquisa durante e após o seu desenvolvimento.

2012 e 2022. A busca por artigos, teses e dissertações sobre processos administrativos disciplinares das Polícias Militares aconteceu na Scielo, na BDTD e no CTD/CAPES. Foram incluídos na revisão 14 textos. A literatura da área encontra-se majoritariamente no formato de dissertações, concentrada em estados que possuem programas de pós-graduação com linhas de pesquisa sobre o tema e realizando análises estatísticas descritivas. Em relação à qualidade metodológica, a maioria dos trabalhos falhou em descrever um ou mais aspectos relevantes da metodologia. Mudanças metodológicas na área são necessárias para melhorar a confiabilidade e a qualidade das pesquisas sobre o tema.

Palavras-Chave: Corregedoria. Controladoria. Polícia Militar. Controle disciplinar. Accountability.

METHODOLOGICAL QUALITY OF DOCUMENTARY RESEARCH ON INTERNAL DISCIPLINARY CONTROL OF THE MILITARY POLICE: SYSTEMATIC LITERATURE REVIEW

ABSTRACT

The performance of police disciplinary control bodies has been investigated to understand the relationship between police interventions and urban violence. To characterize and evaluate the methodological quality of these studies, the present work systematically reviewed the literature between 2012 and 2022. The search for articles, theses and dissertations on disciplinary administrative processes of the Military Police was conducted in Scielo, BDTD and CTD/CAPES. 14 texts were included in the review. The literature in the area is mostly in the form of theses, concentrated in Brazilian states that have graduate programs with lines of research on the subject, and performing descriptive statistical analyses. Regarding methodological quality, most studies failed to describe one or more relevant aspects of its methodology. Methodological changes in the area are needed to improve the reliability and quality of research on the subject.

Keywords: Internal Affairs. Controllership. Military Police. Disciplinary control. Accountability.

INTRODUÇÃO

As polícias são os órgãos do Estado responsáveis por resguardar a segurança pública e preservar a ordem pública (Brasil, 1988). Entretanto, parte considerável da violência urbana está relacionada à própria intervenção policial. Somente em 2019, por exemplo, as intervenções policiais provocaram 6.357 mortes, 13,3% do total de mortes violentas intencionais do Brasil (FBSP, 2020). Essas intervenções também tiveram como alvo principal a população negra, sobretudo o jovem negro do sexo masculino (IBGE, 2019; Ipea; FBSP, 2020). Das vítimas da intervenção policial em 2019: 79,1% eram negras; 74,3% eram jovens; e 99,2% eram homens (FBSP, 2020).

Além das mortes provocadas, a intervenção policial pode originar outros tipos de violência e vitimização para a população negra. Por exemplo, homens negros moradores de área urbana e de baixa escolaridade têm maior chance de serem vitimizados por policiais (Teixeira *et al.*, 2022) e jovens negros do sexo masculino podem estar mais vulneráveis à filtragem racial e a práticas violentas durante a abordagem policial (Silva, 2022). A despeito dos indicadores citados, a violência praticada pela própria polícia e sua possível redução não são levadas em consideração na avaliação da eficiência das polícias pelo poder público brasileiro (Rolim; Pereira, 2022).

Os dados mencionados demonstram a presença do racismo institucional no âmbito da segurança pública, isto é, a incapacidade das polícias em prover “serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de

Qualidade metodológica das pesquisas documentais sobre controle disciplinar interno da Polícia Militar: revisão sistemática da literatura

Edvaldo Marques de Araújo, Raquel Rocha da Silva Oliveira e Angelo Augusto Silva Sampaio

sua cor, cultura, origem racial ou étnica" (CRI, 2006, p. 22 *apud* López, 2012, p. 128), implicando em que a população negra se encontra mais vulnerável à violência urbana e policial (Freitas Filho; Correia Jr., 2015). Dados como esse suscitam a necessidade de compreender os fatores mantenedores da violência policial e do racismo institucional nos órgãos de segurança pública².

Diferentes aspectos comportamentais e culturais convergem na manutenção do racismo institucional em órgãos policiais, como a negligência institucional em investigar mortes causadas por intervenções policiais (Moço, 2018), a impunidade (Mizael; Sampaio, 2019) e a corrupção (Barros, 2008). Esses fatores sugerem a urgência de se avaliar os mecanismos de controle da atividade policial, os quais deveriam atuar para evitar tal negligência e impunidade. O controle externo da atividade policial é exercido pelo Ministério Público, enquanto as corregedorias e ouvidorias exercem o que é chamado de controle interno. As corregedorias e ouvidorias têm a responsabilidade de manter a ordem e a hierarquia interna e exercer o controle formal e legal da atividade policial, fiscalizando e punindo os desvios de conduta considerados ilegais ou ilegítimos. É através desses órgãos que são instaurados, apurados e fiscalizados os procedimentos administrativos que visam a cessar dúvidas ou reunir provas sobre uma conduta policial (Silva, 2017).

O funcionamento dos órgãos de controle interno da atividade policial tem sido analisado por diversas pesquisas (*e.g.*, Brito, 2018; Lemos-Nelson, 2001; Misse; Grillo; Neri, 2015; Nascimento, 2017; Oliveira, 2005). Algumas têm analisado o funcionamento interno e a eficácia desses órgãos através de documentações relacionadas às suas atividades, como os processos administrativos disciplinares. Cabral, Barbosa e Lazzarini (2008), por exemplo, analisaram os processos administrativos contra policiais civis na Corregedoria Geral da Bahia; encontraram punições em geral mais brandas para oficiais de alta patente e punições mais duras para casos com grande cobertura midiática. Além disso, a chance de alguma punição ser aplicada foi maior quando os casos eram investigados por comissões especializadas, em vez de comissões temporárias. Misse, Grillo e Neri (2015), por sua vez, analisaram os homicídios policiais na cidade do Rio de Janeiro de 2001 a 2011, e sugeriram que os policiais utilizam o auto de resistência com a finalidade de evitar serem punidos ou presos pela violência presente em sua atuação. Essa tipificação utilizada de maneira indiscriminada ocultaria os excessos do uso da força e garantiria ao policial uma proteção diante de punições aplicáveis a práticas ilícitas ou ilegítimas. Nascimento (2017), por fim, investigou a impunidade relacionada à corrupção nas Polícias Civil e Militar do Rio de Janeiro entre 2009 e 2013, encontrando um aumento no número de reclamações na Ouvidoria, acompanhado de uma diminuição nas punições executadas. As reclamações cresceram 93% contra a PM e 68% contra a Polícia Civil, no entanto o número de punições diminuiu, respectivamente, de 21 e 22, em 2009, para 3 e 1, em 2013.

Dessa forma, a análise de documentações internas desses órgãos pode ser útil para compreender seu funcionamento e entender criticamente o controle disciplinar da polícia no Brasil, especialmente o da PM, que possui uma atividade mais ostensiva e com maior recorrência de conflitos que culminam em morte (FBSP, 2020). A análise dessas documentações tem como algumas de suas vantagens o uso de dados previamente coletados e, portanto, prontamente disponíveis, além do caráter oficial dos dados, o qual converge com a necessidade da institucionalização de um controle interno contínuo. No entanto, para que análises como essas sejam úteis, é necessário que elas sejam adequadas à metodologia científica e da pesquisa documental, de modo a permitir que as informações derivadas desses trabalhos sejam confiáveis e de qualidade (Gil, 2002). Por isso, este trabalho realiza uma revisão sistemática de literatura para avaliar a qualidade metodológica das pesquisas sobre o controle disciplinar da atividade da PM por órgãos internos, como Corregedorias ou Controladorias, a fim de descrever as características da literatura vigente e tecer

2 Para uma interpretação culturo-comportamental sobre o tema, ver Mizael e Sampaio (2019).

considerações sobre seu estado e possíveis melhorias metodológicas a serem adotadas. Os objetivos específicos são descrever as características e a qualidade metodológica das pesquisas que analisaram os processos administrativos disciplinares dos órgãos de controle disciplinar da PM, sintetizando o estado da literatura e propondo melhorias para a área, de modo a fomentar pesquisas e relatos de melhor qualidade.

MÉTODO

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Os critérios de inclusão adotados por esta revisão são: o texto: (1) ser artigo, tese ou dissertação; (2) ter sido publicado ou defendido entre 2012 e 2022; (3) ser redigido em língua portuguesa, já que o foco foi em um órgão brasileiro (PM) e a literatura sobre o tema tem sido escrita nesse idioma; e (4) ter como amostra os processos administrativos disciplinares de Corregedorias ou Controladorias da PM.

FONTES DE INFORMAÇÃO

As fontes de informação utilizadas são a Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO.br), a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e o Catálogo de Teses e Dissertações (CTD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A escolha da plataforma SciELO.br se deu por ser uma biblioteca eletrônica multidisciplinar brasileira e com ferramentas de buscas avançadas, facilitando a realização de uma revisão sistemática. A BDTD e o CTD foram escolhidas considerando a grande quantidade de pesquisas em formato de dissertações e teses sobre segurança pública encontradas em uma pesquisa-piloto realizada pelos autores desta revisão (e.g., Lino, 2017; Silva, 2017; Souto, 2017).

BUSCAS

As buscas foram realizadas no dia 14 de março de 2022. Na plataforma SciELO.br, o *script* da busca realizada foi: (polícia*) AND (corregedor* OR controlador* OR "processo administrativo" OR controle OR accountability). A busca foi realizada para todos os índices e com o filtro de ano de publicação, para restringir a busca para os anos de 2012 a 2022. A extração dos resultados foi realizada pela ferramenta de exportação de todos os registros de uma única vez em formato .RIS.

Na BDTD optou-se pela busca avançada para utilização de dois grupos de descritores na mesma busca. No primeiro grupo, adicionou-se o descritor polícia* para busca em todos os campos de qualquer termo. No segundo grupo, foram utilizados os descritores corregedor*, controlador*, "processo administrativo", controle e accountability, cada um em uma das linhas de busca, também para busca em todos os campos e de qualquer termo. O *script* da busca realizada foi: (Todos os campos:polícia*) E (Todos os campos:corregedor* OU Todos os campos:controlador* OU Todos os campos:"processo administrativo" OU Todos os campos:"controle interno" OU Todos os campos:"controle disciplinar" OU Todos os campos:accountability). Nessa plataforma, foi utilizado o filtro de ano de publicação para restringir a busca para os anos de 2012 a 2022 e os resultados da busca foram exportados individualmente em formato .ENW.

No CTD, as buscas foram realizadas utilizando o descritor policia* combinado com cada um dos demais descritores separadamente, empregando o operador booleano AND (policia* AND corregedor; policia* AND controlador*; policia* AND “processo administrativo”; policia* AND “controle interno”; policia AND “controle disciplinar”; policia* AND accountability). Nessa plataforma, os textos completos foram baixados por meio da Plataforma Sucupira, a partir do link disponível no próprio CTD ou, quando não estavam disponíveis, os textos foram buscados no Google Acadêmico, na BDTD e no repositório institucional da instituição na qual o trabalho foi defendido. Não foram utilizados os filtros dessa plataforma em decorrência de problemas encontrados pelos pesquisadores em uma pesquisa-piloto (*e.g.*, a busca com o filtro de ano apontar um determinado número de textos divergente do resultado encontrado sem o filtro). As buscas pelos textos completos no Google Acadêmico retornaram artigos aparentemente relacionados às dissertações e às teses (com mesma autoria, título e filiação), os quais também foram incluídos para análise nas etapas seguintes desta revisão. Os textos encontrados foram baixados nos formatos disponíveis (*e.g.*, em formatos do MS Word ou pdf).

Os resultados das buscas na Scielo, na BDTD e no CTD (incluindo os artigos relacionados encontrados na busca por textos completos nessa última base) foram registrados em uma planilha MS Excel, com a adição de um código identificador numérico e a especificação de em qual base de dados foi encontrado e o tipo de texto (artigo, dissertação ou tese).

SELEÇÃO DOS ESTUDOS

A seleção dos estudos foi realizada de acordo com as etapas a seguir, com o registro do número de artigos restantes e excluídos em cada uma. As justificativas para as exclusões de cada texto foram indicadas.

Identificação

Na fase de identificação, as referências constantes na planilha do MS Excel foram checadas para a identificação de resultados duplicados. Para isso, cada referência foi analisada individualmente, empregando a ferramenta de busca do MS Excel para identificar autores com o mesmo sobrenome. Ao identificar autores com o mesmo sobrenome, verificou-se se os outros elementos das referências (como título e ano) eram idênticos. Nessa etapa, excluíram-se os artigos, as teses e as dissertações duplicadas. Artigos potencialmente derivados de dissertações e teses foram passados para a fase seguinte, para verificação por meio de seus resumos e suas palavras-chave.

Triagem

Na fase de triagem, foi realizada a análise dos títulos, dos resumos e das palavras-chave. Foram levados para a etapa seguinte, de elegibilidade, os textos que atendiam aos critérios de elegibilidade da presente revisão. Também foram passados para a fase de elegibilidade os casos de incerteza quanto à adequação a algum critério ou os casos de textos encontrados sem resumo, de modo que fosse possível realizar a consulta do texto completo.

Elegibilidade

Na fase de elegibilidade, os textos restantes foram lidos integralmente e foram excluídos aqueles que não se encaixavam nos critérios de elegibilidade desta revisão. Ao final dessa etapa, os textos considerados selecionados passaram para a etapa de extração dos dados.

EXTRAÇÃO DOS DADOS

A extração de informações dos textos incluídos na revisão se deu por meio do preenchimento de uma planilha do MS Excel com as seguintes informações: (1) autoria; (2) filiação do primeiro autor; (3) ano de publicação ou defesa; (4) tipo de texto (artigo, tese ou dissertação); (5) polícia estudada (se apenas a PM ou se várias polícias simultaneamente); (6) estado a que pertencia o(s) órgão(s) em questão; (7) número de documentos analisados; (8) período analisado, em anos; e (9) tipo de análise estatística aplicada (descritiva ou inferencial; quando inferencial, qual modelo de análise).

Para analisar a qualidade metodológica dos estudos, os textos foram lidos completamente e analisados quanto à descrição: (1) das suas hipóteses; (2) do procedimento de coleta de dados; (3) do tratamento dos dados; e (4) da análise dos dados. Foram considerados: adequados, quando possuem todos os elementos necessários; parcialmente adequados, quando possuem pelo menos metade dos elementos necessários; e insuficientes, quando não possuem nenhum dos elementos avaliados descritos. A descrição das hipóteses foi considerada adequada quando o texto apresenta as hipóteses de pesquisa adotadas pelo trabalho. O procedimento de coleta de dados foi considerado adequado quando há a descrição da fonte dos dados (*e.g.*, Diário Oficial do Estado, Boletins Gerais Ostensivos [BGO], sistemas de informação das corregedorias, a própria instituição ou seus setores internos) e a forma como esses dados foram acessados (*e.g.*, se solicitado diretamente ao órgão ou indiretamente por meio de algum recurso de acesso à informação, ou *in loco*). Em relação ao tratamento dos dados era esperada a descrição de alguma etapa de tabulação, limpeza ou conferência dos dados, de modo a retirar possíveis erros ou *outliers* e, quando necessário, a descrição da categorização das suas variáveis. A análise dos dados foi adequada quando o texto descreve como os dados são analisados e, quando pertinente, os softwares, as técnicas estatísticas e as variáveis utilizadas na análise, além da adequação dos dados aos pressupostos do teste.

ACORDO ENTRE OBSERVADORES

As etapas de busca e seleção dos dados foram realizadas por dois juízes independentes e a porcentagem de concordância entre eles foi avaliada ao final de cada etapa. Em caso de discordância entre ambos, um terceiro juiz independente realizou o desempate.

RESULTADOS

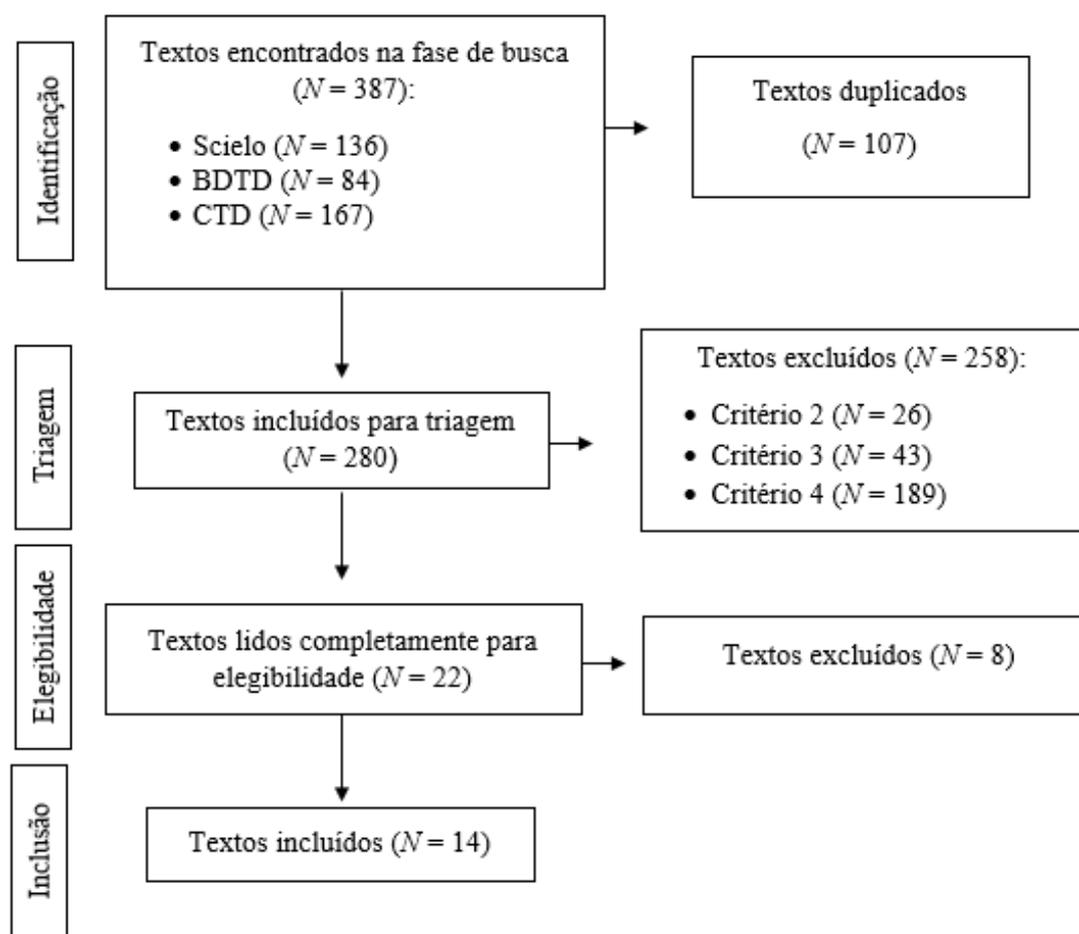
A Figura 1 exibe a quantidade de artigos em cada etapa do processo de seleção dos textos da presente revisão (de acordo com o fluxograma do *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*; Page *et al.*, 2020). Foram encontrados 387 textos em todas as bases de dados. Após a exclusão dos 107 textos duplicados, os 280 restantes tiveram seus títulos, resumos e palavras-chave lidos. Foram

excluídos: 26 textos por terem sido publicados antes de 2012 (Critério 2); 43, por não estarem em língua portuguesa (Critério 3); e 189, por não terem como amostra processos administrativos disciplinares de corregedorias ou controladorias de PM (Critério 4). Nenhum texto foi excluído por não ser artigo, tese ou dissertação (Critério 1), o que era esperado, em razão das bases de dados utilizadas.

Dentre os textos que avançaram para a elegibilidade, 10 o foram por incerteza quanto à adequação a algum critério (majoritariamente, o Critério 4) e 5, por estarem sem resumo. Dos 22 artigos analisados para elegibilidade, 8 foram excluídos por não se adequarem ao Critério 4. Ao final, apenas 14 textos foram incluídos no *corpus* de análise desta revisão e avançaram para a extração dos dados; dentre eles, 2 se referem à mesma pesquisa e foram analisados conjuntamente (Pereira, A., 2016; Pereira, A.; Cabral; Reis, 2020). A porcentagem de concordância entre os juízes foi de 98,4% na fase de identificação, 89,3% na fase de triagem e 77,3% na elegibilidade. Analisando as etapas de seleção dos textos, os termos de busca retornaram 136 artigos potencialmente elegíveis no Scielo.br, mas dos 14 textos incluídos na revisão, apenas 2 são artigos, sendo um deles oriundo de uma dissertação também analisada nesta revisão. O restante da literatura analisada foi encontrada no formato de dissertação.

FIGURA 1

Fluxograma das etapas da Revisão da Literatura (de acordo com o Prisma)



Fonte: Elaboração própria (2023).

A Tabela 1 apresenta as características dos estudos. As defesas das dissertações analisadas concentraram-se entre 2015 e 2017 (9 de 12), afetando o período dos documentos analisado nessas dissertações, majoritariamente produzidos entre 2013 e 2016. Também é possível observar que o vínculo institucional dos autores é um preditor da instituição estudada. A maior parte das dissertações são oriundas de programas de pós-graduação (PPG) de instituições localizadas nos estados do Ceará (n = 5), da Bahia (n = 3), de Minas Gerais (n = 2) e do Pará (n = 2). A maior parte das pesquisas sobre controle disciplinar da PM tem se concentrado em estados que possuem PPG com linhas de pesquisas voltados para o tema, o que é positivo para esses estados, mas limitam as pesquisas sobre o controle disciplinar da PM em outros estados. Desse modo, faz-se necessário que pesquisas futuras busquem investigar o controle disciplinar da PM em estados que não foram investigados pela literatura presente.

TABELA 1

Características dos estudos incluídos na Revisão de Literatura

Autoria (ano)	Filiação	Tipo de Produção	Órgão estudado	Estado	Nº de Documentos analisados	Período analisado	Análise aplicada
Augusto (2015)	FPL	Dissertação	PM	MG	111	2012-2014	Estatística descritiva
Costa (2014)	UEAM	Dissertação	PC, PM, BM e DET	AM	Não informado	2004-2013	Estatística descritiva e inferencial (Teste t)
Cunha (2018)	UECE	Dissertação	PM	CE	2.111	2013-2017	Estatística descritiva
Lino (2017)	UECE	Dissertação	PM	CE	1.262	2011-2016	Estatística descritiva
Machado (2015)	UFPA	Dissertação	PM	PA	91	2013	Estatística descritiva
Oliveira (2016)	UECE	Dissertação	PM	CE	1.882	2011-2015	Estatística descritiva
Pereira, A. (2016) / Pereira, A.; Cabral; Reis (2020)	UFBA	Dissertação /Artigo	PM	BA	797	2005-2012	Estatística descritiva e inferencial (Regressão Probit)
Pereira, F. (2016)	UFMG	Dissertação	PM	MG	954	2011-2014	Estatística descritiva
Pinheiro (2013)	URCA	Artigo	PM e PC	CE	18	1999-2007	Qualitativa
Silva (2013)	UFCE	Dissertação	PM	CE	93	2011-2012	Estatística descritiva e inferencial (Regressão Tobit)
Silva (2015)	UFPA	Dissertação	PM	PA	1.131	2013	Estatística descritiva
Silva (2017)	UFBA	Dissertação	PM	BA	2.162	2016	Estatística descritiva
Simões (2017)	UCSAL	Dissertação	PM	BA	102	2013-2014	Estatística descritiva

Nota: PM = Polícia Militar; PC = Polícia Civil; BM = Bombeiro Militar; DET = Departamento Estadual de Trânsito.

Fonte: Elaboração própria (2023).

A maioria das pesquisas (n = 11) estuda exclusivamente a PM. Entretanto, mesmo quando o interesse foi assim restrito, os dados utilizados puderam ser oriundos de outros órgãos além das Corregedorias e Controladorias, como delegacias de Polícia Civil ou Federal (Augusto, 2015; Pereira, F., 2016). Os órgãos de controle disciplinar mais gerais, como as Controladorias, possuem dados de diferentes polícias, o que permite analisá-las simultaneamente ou exige que o pesquisador recorte os dados analisados apenas para

sua polícia de interesse, o que depende dos objetivos da pesquisa em questão. Quanto a isso, excetuando-se Cunha (2018), os trabalhos analisados utilizaram dados relacionados apenas ao seu objeto de estudo (*e.g.*, ter como objeto de estudo a PM e analisar apenas processos relacionados à PM). No caso de Cunha (2018), apesar da pesquisa objetivar compreender o controle disciplinar da PM, foram analisados dados gerais do funcionamento da Controladoria Geral Disciplinar dos Órgãos de Segurança Pública, o que inclui processos contra policiais de outras forças.

A maior parte dos estudos ($n = 12$) realiza análises estatísticas descritivas e utiliza recursos visuais, como gráficos e tabelas, para expor seus dados. Apenas 3 estudos realizam análises estatísticas inferenciais; este resultado pode se dar por diferentes questões. Por exemplo, os autores, mestrandos das áreas de Administração, Direito ou Sociologia, poderiam não ter conhecimentos sobre estatísticas inferenciais, algo que é comum às ciências sociais (Cano, 2012); uma segunda explicação poderia ser o caráter exploratório da maioria dos estudos, em que não se busca testar hipóteses, focando apenas em caracterizar os dados encontrados (Cunha, 2018; Lino, 2017; Machado 2015; Oliveira, 2017; Silva, 2015; Silva, 2017; Simões, 2017); e por fim, os dados coletados poderiam estar em um estado impossível de serem analisados inferencialmente, por exemplo, o órgão não ceder os dados brutos, mas apenas dados de eventos totais, como em Cunha (2018).

Dentre os 3 estudos que realizam análise estatística inferencial, 2 realizam regressões para estimar o impacto de variáveis preditoras sobre as variáveis de interesse (Pereira, A., 2016; Pereira, A.; Cabral; Reis, 2020; Silva, 2013) e 1 realiza um teste t para comparar a diferença entre o tempo transcorrido entre denúncia e instauração dos inquéritos, nos períodos de 1998 a 2008 (durante a vigência de Corregedorias Orgânicas) e de 2009 a 2013 (durante a vigência da Corregedoria Geral) (Costa, 2014). Esses trabalhos, apesar de iniciais, destacam os esforços dos pesquisadores na direção da construção de evidências mais sólidas quanto ao funcionamento do controle disciplinar da PM. No entanto, ainda pecam quanto ao uso desse tipo de análise, por se aterem apenas ao nível de significância estatística (valor de p) (Costa, 2014; Pereira, A., 2016; Pereira, A.; Cabral; Reis, 2020) ou descreverem os resultados apenas de maneira narrativa, sem informar nenhum valor estatístico (Silva, 2013). Ao realizar uma análise inferencial, é necessário informar a adequação dos dados aos pressupostos dos testes e outras estatísticas além do valor de p, como medidas de associação e intervalos de confiança, de modo que seja possível concluir mais precisamente o impacto das variáveis umas sobre as outras ou a dimensão das diferenças entre os grupos analisados (Greenland *et al.*, 2016; Wasserstein; Lazar, 2016).

Um único estudo analisa qualitativamente os processos administrativos (Pinheiro, 2013). Seus objetivos diferem dos demais estudos, que buscaram produzir um panorama mais geral sobre o funcionamento dos órgãos de controle disciplinar. No entanto, em estudos qualitativos também é necessário descrever procedimentos de coleta, tratamento e análise dos dados (Capelle; Melo; Gonçalves, 2011), o que não acontece no trabalho de Pinheiro (2013). Além da descrição metodológica necessária, também é possível utilizar técnicas sistematizadas de análise de dados textuais (Bardin, 1977) ou ferramentas de análise textual, como o IRaMuTeQ (Camargo; Justo, 2013; Ratinaud, s.d.), para facilitar o tratamento de um grande quantitativo de processos administrativos ou complementar a análise de dados qualitativa, permitindo a triangulação dos dados a partir de diferentes análises, e melhorar a confiabilidade dos resultados (Santos *et al.*, 2020).

O quantitativo de documentos analisados pelos estudos depende de variáveis distintas, como o período analisado, o fenômeno de interesse (*e.g.*, o controle disciplinar como um todo ou apenas óbitos civis causados por policiais) e a quantidade de fontes de informação. Considerando isso, a maior parte dos estudos tem mais de uma centena de observações, o que é um fato positivo quanto à riqueza de

informações oriundas desses documentos. No entanto, para que esse quantitativo seja realmente útil, os autores precisam tratar e analisar adequadamente seus dados, de modo que seja possível retirar conclusões sólidas dessas informações. Dentre os estudos analisados, apenas 1 não informa o quantitativo de eventos analisados (Costa, 2014).

Com base nesses resultados, é possível verificar que a presente literatura está concentrada no formato de dissertações e é desenvolvida em estados que possuem PPGs voltados para a Administração ou a Segurança Pública, revelando um cenário de produção de pesquisa que tem investigado polícias específicas e, por consequência, a inexistência de um panorama mais generalizado das Corregedorias e Controladorias do Brasil. A maioria dessas pesquisas, provavelmente pelo caráter recente da área, tem se debruçado nesses dados apenas de maneira descritiva, mas alguns trabalhos buscaram analisar seus dados com estatística inferencial, o que pode ser considerada uma estratégia promissora para a área e fornecer futuramente informações mais sólidas sobre os fenômenos estudados. Independente da técnica de análise de dados adotada, é necessário que as pesquisas tenham um rigor metodológico adequado.

A Tabela 2 apresenta os resultados da análise da descrição dos elementos metodológicos. Quanto à descrição da coleta dos dados, 7 textos descrevem adequadamente essa etapa, informando quais documentos são analisados e como esses documentos foram recuperados, seja por solicitação ou *in loco*, no órgão. O restante dos textos realiza essa descrição parcialmente ou não descreve nenhum desses itens. Por se tratar de pesquisas documentais, é fundamental que os procedimentos de recuperação de documentos e informações sejam descritos claramente, de modo a tornar compreensível o que foi feito e analisar possíveis problemas procedimentais que poderiam afetar as conclusões do estudo. Considerando esses pontos, o trabalho de Augusto (2015) é um bom exemplo de descrição de coleta de dados, visto que o autor apresenta um roteiro de coleta de dados que descreve todas as suas etapas, desde a ordenação das etapas até os documentos solicitados a cada órgão.

TABELA 2

Análise da qualidade metodológica dos estudos incluídos na Revisão de Literatura

Autoria (ano)	Hipóteses	Coleta de Dados	Tratamento	Análise de Dados
Augusto (2015)	-	+	+	+/-
Costa (2014)	-	+/-	+	+/-
Cunha (2018)	-	-	-	-
Lino (2017)	-	+	+	-
Machado (2015)	-	+	+	+/-
Oliveira (2016)	-	+/-	-	-
Pereira, A. (2016) / Pereira, A.; Cabral; Reis (2020)	+	+	+	+/-
Pereira, F. (2016)	+	+	+	+
Pinheiro (2013)	-	-	-	-
Silva (2013)	-	+	+	+/-
Silva (2015)	-	+	+	-
Silva (2017)	-	+/-	-	+/-
Simões (2017)	-	-	-	-

Nota: + = Descrição adequada; +/- = Descrição realizada parcialmente; - = Descrição insuficiente.

Fonte: Elaboração própria (2023).

Qualidade metodológica das pesquisas documentais sobre controle disciplinar interno da Polícia Militar: revisão sistemática da literatura

Edvaldo Marques de Araújo, Raquel Rocha da Silva Oliveira e Angelo Augusto Silva Sampaio

Em relação ao tratamento dos dados, 8 trabalhos descrevem algum procedimento de tabulação, limpeza ou conferência dos dados. Etapas de limpeza e conferência são fundamentais para observar se algum dado foi tabulado de maneira equivocada ou se há presença de *outliers*, o que poderia vir a prejudicar a análise realizada. Sobre o mesmo tema, como os órgãos estudados podem adotar diferentes terminologias ou categorias de análise para seus dados internamente, os pesquisadores poderiam ter adotado categorizações comuns, de modo a permitir uma interlocução mais adequada entre seus resultados, como realizado por Fernando Pereira (2016), que codificou 54 tipos de delitos cometidos pelos policiais em 10 categorias relacionadas à natureza do delito. A criação de categorias de análise que reagrupem os dados originais pode ser uma estratégia produtiva para a área, mas ainda é pouco utilizada (Pereira, F., 2016).

Quanto à análise dos dados propriamente dita, apenas 1 trabalho a descreveu adequadamente. A maioria dos trabalhos falhou em descrever o *software* adotado e como os dados foram analisados, o que pode ser considerado de menor importância em análises descritivas, mas é vital no uso de análise inferencial. Em relação a esse tópico, apesar do trabalho de Augusto (2015) não descrever o *software* utilizado pelo autor, ele é novamente um bom exemplo de descrição, haja vista o esforço do autor em descrever de que forma os dados foram utilizados para responder cada objetivo de sua pesquisa.

Da mesma maneira que a análise dos dados, apenas 2 trabalhos descrevem suas hipóteses de pesquisa (Pereira, A., 2016; Pereira, A.; Cabral; Reis, 2020). Isso provavelmente também se dá pela natureza exploratória dos trabalhos analisados, a qual implica o objetivo de gerar hipóteses futuras e não de testá-las (Gil, 2002).

Dentre os estudos analisados, apenas o de Fernando Pereira (2016) alcança uma avaliação considerada adequada em todas as categorias de análise do presente trabalho; outros 6 trabalhos têm pelo menos duas categorias consideradas adequadas e 5 trabalhos não têm nenhuma (vide Tabela 2). Esse resultado pode ser explicado por alguns estudos não terem a análise dos processos como objetivo central (Pinheiro, 2013; Silva, 2017; Simões, 2017), mas também indica a necessidade de que pesquisas futuras sobre o funcionamento do controle disciplinar da PM tenham maior cuidado quanto à descrição de sua metodologia. Com base nos elementos analisados, é perceptível que a descrição metodológica das pesquisas da área pode melhorar, haja vista que o relato mais detalhado dos procedimentos utilizados durante a pesquisa é importante para que seja possível analisar a qualidade dos resultados. Por isso, é necessário que pesquisas futuras descrevam suas hipóteses, a fonte dos seus dados e como foram alcançados, suas etapas de tratamento e limpeza, o *software* utilizado e seus procedimentos de análise dos dados, especialmente no que tange à análise inferencial. Pesquisas futuras também podem buscar fornecer seus bancos de dados em sítios eletrônicos (*e.g.*, *Open Science Framework*), de modo a permitir alguma checagem de suas análises.

A presente revisão teve como objetivo inicial avaliar a eficácia dos órgãos de controle disciplinar da PM, o que não foi possível alcançar diante das características da literatura atual. Em primeiro lugar, o caráter exploratório e apenas descritivo dos dados não fornece, de maneira confiável, conclusões sobre a eficácia desses órgãos. Além disso, a concentração das pesquisas em PM específicas poderia enviesar os resultados de eficácia e sobrepujar diferenças estaduais relevantes entre polícias. Por último, fica evidente que as pesquisas encontradas precisariam melhorar sua metodologia, no que tange ao relato de seus procedimentos, para que a confiabilidade de seus resultados pudesse ser adequadamente avaliada. Devido a essas dificuldades encontradas na literatura, os objetivos da presente revisão foram modificados para avaliação metodológica e descrição das características da literatura encontrada. Tal análise metodológica, na ausência de instrumentos de avaliação metodológica voltados para pesquisas

documentais, precisou ser conduzida a partir de parâmetros desenvolvidos pelos próprios pesquisadores. Esses parâmetros podem ser revistos por revisões futuras.

Este trabalho também encontrou dificuldades quanto às bases de dados utilizadas e o manejo de *softwares* de organização de referência e revisão sistemática. Quanto às bases de dados, foram selecionadas apenas bases que permitissem realizar de modo minimamente adequado uma revisão sistemática, o que reduziu o quantitativo de bases. Mesmo assim, durante buscas-piloto, diversos problemas foram encontrados nas bases selecionadas, especialmente na CTD, o que exigiu alterações nas estratégias de busca em cada uma delas. Além disso, planejava-se utilizar o *software* organizador de referências Mendeley e o *software* de revisão sistemática Rayyan, mas o uso desses *softwares* foi abandonado devido a vários problemas com a importação de dados de dissertações, o que exigiu, durante a pesquisa, o desenvolvimento de uma nova estratégia de seleção dos dados. Pesquisas futuras podem buscar *softwares* alternativos para realizar essas etapas.

DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

A presente revisão de literatura analisa criticamente as características e a qualidade metodológica da literatura sobre o controle disciplinar da atividade da PM que se voltou para a análise de processos administrativos disciplinares conduzidos por órgãos internos. A revisão inclui 14 textos na análise (12 dissertações e 2 artigos), todos publicados ou defendidos entre 2012 e 2022, redigidos em língua portuguesa e que tomaram como amostra processos administrativos disciplinares de Corregedorias ou Controladorias da PM. A maior parte foi de dissertações oriundas de PPG nos estados do Ceará (n = 5), da Bahia (n = 3), de Minas Gerais (n = 2) e do Pará (n = 2). A maioria dos estudos (n = 12) realiza análises estatísticas descritivas e apresenta seus resultados em gráficos e tabelas. Os aspectos metodológicos com maiores lacunas nos estudos são a apresentação de hipóteses e a descrição de como a análise de dados foi realizada. O panorama apresentado sobre o estado atual da área indica mudanças metodológicas a serem adotadas em pesquisas futuras, especialmente quanto ao relato das pesquisas. Essas mudanças melhorariam a qualidade metodológica dessas pesquisas, fornecendo evidências mais confiáveis sobre seu objeto de estudo.

Nessa direção, a avaliação da eficácia dos órgãos internos de controle disciplinar da PM a partir da análise dos seus processos administrativos ainda não parece viável, devido às características dessa literatura. Aperfeiçoar as metodologias empregadas, portanto, é fundamental para permitir compreender criticamente o papel que o controle interno da PM tem desempenhado – e pode desempenhar – na promoção de uma segurança pública comprometida com os direitos e empenhada em eliminar o racismo institucional. Dado o envolvimento relevante de intervenções policiais na violência urbana (FBSP, 2020), essa é uma tarefa urgente.

Em relação a possíveis limitações da presente pesquisa, é importante destacar que a necessidade de sistematizar suas etapas de busca levou a presente revisão a evitar bases de dados como o Google Acadêmico, que não explicita os mecanismos utilizados em suas buscas, gerando alterações nos resultados mesmo de buscas realizadas muito próximas umas das outras. Além disso, por se ater apenas a textos em língua portuguesa, a revisão pode ter deixado de fora textos sobre o controle disciplinar da PM no Brasil que porventura tenham sido publicados em outra língua. Ademais, o critério temporal recortou os textos analisados apenas para os últimos 10 anos, de forma a proporcionar uma visão sobre o estado atual da área, mas pode ter deixado de fora pesquisas mais antigas e que porventura poderiam ter outras características metodológicas.

Compreender o funcionamento dos órgãos de controle disciplinar da atividade policial é fundamental para um melhor *accountability* das polícias e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da sociedade civil, especialmente para a população negra e pobre, a maior vítima da violência urbana e policial. Com base nessa questão, trabalhos futuros podem buscar analisar variáveis do perfil do denunciado e avaliar a repercussão deste no desfecho dos processos. Além disso, os trabalhos que se seguirão precisarão levar em consideração mudanças fundamentais no funcionamento da atividade policial e, conseqüentemente, dos órgãos de controle disciplinar, como a adesão do uso de câmeras nos uniformes dos policiais em alguns estados. Em todos esses casos, o cuidado com o uso de métodos sistematizados, descritos explícita e detalhadamente em todas as suas etapas, será uma condição essencial para a produção de conhecimento confiável, passível de crítica e capaz de inspirar mais pesquisas e sugestões de intervenção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGUSTO, Flavio Antônio Silva. **As inovações inseridas na administração pública a partir da Constituição Federal de 1988 e suas conseqüências, visando apurar os crimes dolosos contra a vida praticados por policiais militares contra civis em Tempo de Paz**. 2015. 101 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Fundação Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo/MG, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Trad.: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BARROS, Marcelo. Polícia e corrupção: elementos para construção de políticas públicas. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 2, n. 1, 2008, p. 120-132. DOI: <https://doi.org/10.31060/rbsp.2008.v2.n1.30>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília/DF: 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 jul. 2023.

BRITO, Tiago de Jesus. O controle da violência policial na democracia brasileira: uma análise do processamento da letalidade policial na justiça militar. **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 335-365, 2018. DOI: <https://doi.org/10.35699/2525-8036.2018.5105>.

CABRAL, Sandro; BARBOSA, Allan Claudius; LAZZARINI, Sérgio. Monitorando a polícia: um estudo sobre a eficácia dos processos administrativos envolvendo policiais civis na corregedoria geral da Bahia. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 15, n. 47, p. 87-105, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1984-92302008000400005>.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013. DOI: <https://dx.doi.org/10.9788/TP2013.2-16>.

CANO, Ignacio. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 14, n. 31, p. 94-119, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222012000300005>.

CAPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; GONÇALVES, Carlos Alberto. Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 5, n. 1, 2011.

COSTA, Turíbio José Corrêa da. **A integração da atividade policial no contexto disciplinar: corregedoria única como instrumento de controle social**. 2014. 80 p. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Escola Superior de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Amazonas, Manaus/AM, 2014.

CUNHA, Sílvia Andrea de Oliveira. **Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário: controle da atividade policial militar**. 2018. 152 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza/CE, 2018.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-14/>. Acesso em: 26 jul. 2023.

FREITAS FILHO, Ismar Donizete de; CORREIA JR., Rubens. A criminalização da pobreza nas ações da polícia militar brasileira. **Brazilian Journal of Forensic Sciences, Medical Law and Bioethics**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 1, p. 1-21, 2015. DOI: [https://doi.org/10.17063/bjfs5\(1\)y20151](https://doi.org/10.17063/bjfs5(1)y20151).

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GREENLAND, Sander; SEEN, Stephen; ROTHMAN, Kenneth; CARLIN, John; POOLE, Charles; GOODMAN, Steven; ALTMAN, Douglas. Statistical tests, Pvalues, confidence intervals, and power: a guide to misinterpretations. **European Journal of Epidemiology**, v. 31, p. 337-350, 2016. DOI: 10.1007/s10654-016-0149-3.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas**, Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 41, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 26 jul. 2023.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2020**. São Paulo: FBSP; Rio de Janeiro: Ipea, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 26 jul. 2023.

LEMOS-NELSON, Ana Tereza. **Judiciary police accountability for gross human rights violations: the case of Bahia, Brazil**. 2001. Tese (Doutorado em Filosofia) – Department of Government and International Studies, University of Notre Dame, Indiana/EUA, 2001.

LINO, Luiz Paulo Nogueira. **O controle disciplinar da atividade policial militar no Ceará de 2011 a 2016**. 2017. 100 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza/CE, 2017.

LÓPEZ, Laura Cecília. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. **Interface**, Botucatu, v. 16, n. 40, p. 121-134, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832012005000004>.

MACHADO, Francisco Celso de Lima. **Mecanismo de controle interno: perfil dos denunciadores e policiais militares denunciados na Corregedoria da Polícia Militar do Pará**. 2015. 65 p. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2015.

Qualidade metodológica das pesquisas documentais sobre controle disciplinar interno da Polícia Militar: revisão sistemática da literatura

Edvaldo Marques de Araújo, Raquel Rocha da Silva Oliveira e Angelo Augusto Silva Sampaio

MISSE, Michel; GRILLO, Carolina Christoph; NERI, Natasha Elbas. Letalidade policial e indiferença legal: a apuração judiciária dos 'autos de resistência' no Rio de Janeiro (2001-2011). **DILEMAS**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, ed. esp., n. 1, p. 43-71, 2015.

MIZAEEL, Táhcita Medrado; SAMPAIO, Angelo. Racismo Institucional: aspectos comportamentais e culturais na abordagem policial. **Acta Comportamentalia**: Revista Latina de Análisis de Comportamiento, v. 27, n. 2, p. 215-228, 2019.

MOÇO, Vinícius Rocha. Das execuções sumárias cometidas por agentes públicos: um estudo da violência policial e seletividade no Brasil. **Revive**: Revista de Ciência do Estado, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 96-116, 2018. DOI: <https://doi.org/10.35699/2525-8036.2018.5118>.

NASCIMENTO, Andréa Ana do. A corrupção policial em debate: desvio e impunidade nas instituições policiais do Rio de Janeiro. **DILEMAS**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 64-82, 2017.

OLIVEIRA, Antonio Santos. **Os fazedores de paz: a polícia cidadã dos oficiais policiais militares da Bahia**. 2005. 302 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, Carlos Alberto de. **A humanização na abordagem policial militar** – Educação em Direitos Humanos como ferramenta de padronização de ações na Polícia Militar do Ceará. 2016. 88 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Política Pública) – Centro de Estudos Sociais e Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza/CE, 2016.

PAGE, Matthew; MCKENZIE, Joanne; BOSSUYT, Patrick; BOUTRON, Isabelle; HOFFMAN, Tammy; MULROW, Cynthia; SHAMSEER, Larissa; TETZLAFF, Jennifer; AKL, Elie; BRENNAN, Sue; CHOU, Roger; GLANVILLE, Julie; GRIMSHAW, Jeremy; HRÓBJARTSSON, Asbjørn; LALU, Manoj; LI, Tiajing; LODER, Elizabeth; MAYO-WILSON, Evan; MCDONALD, Steve; MCGUINNESS, Luke; STEWART, Lesley; THOMAS, James; TRICCO, Andrea; WELCH, Vivian; WHITING, Penny; MOHER, David. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**, v. 372, n. 71, p. 1-9, 2020. DOI: [10.1136/bmj.n71](https://doi.org/10.1136/bmj.n71).

PEREIRA, Alisson Barbosa Calasãs. **Accountability interna em forças policiais: um estudo sobre os fatores associados ao desempenho de uma corregedoria de polícia**. 2016. 78 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2016.

PEREIRA, Alisson Barbosa Calasãs; CABRAL, Sandro; REIS, Paulo Ricardo da Costa. Accountability interna em forças policiais: explorando os fatores associados ao desempenho de uma corregedoria de polícia militar. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 27, n. 92, p. 35-52, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-9270922>.

PEREIRA, Fernando Xavier. **Do controle social ao desvio de conduta**: uma análise do comportamento policial militar, em Belo Horizonte. 2016. 95 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

PINHEIRO, Antonio dos Santos. A polícia corrupta e violenta: os dilemas civilizatórios nas práticas policiais. **Revista Sociedade & Estado**, Brasília, v. 28, n. 2, p. 323-349, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922013000200008>.

RATINAUD, Pierre. IRAMUTEQ: **Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires**. Versão 0.7. s.d. Disponível em: <http://www.iramuteq.org>. Acesso em: 26 jul. 2023.

ROLIM, Marcos Flavio; PEREIRA, Vanessa de Quadros. A eficiência policial e seus indicadores. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 314-331, 2022. DOI: <https://doi.org/10.31060/rbsp.2022.v16.n3.1445>.

SANTOS, Karine da Silva; RIBEIRO, Mara Cristina; QUEIROGA, Danlyne Eduarda Ulisses de; SILVA, Ivissou Alexandre Pereira da; FERREIRA, Sonia Maria Soares. O uso da triangulação múltipla como estratégia de validação em um estudo qualitativo. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 655-664, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020252.12302018>.

SILVA, Francinilson Mota da. **O impacto da controladoria no tempo de julgamento dos processos disciplinares dos policiais militares do Ceará**. 2012. 82 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Mestrado Profissional em Finanças e Seguros, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, 2013.

SILVA, José Vicente Braga da. **Crimes praticados por policiais: efeitos da dinâmica do policiamento ostensivo**. 2015. 81 p. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2015.

SILVA, Luana Barbosa. Racismo estrutural e filtragem racial na abordagem policial a adolescentes acusados de ato infracional na cidade de Campinas/SP. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 152-179, 2022. DOI: <https://doi.org/10.31060/rbsp.2022.v16.n3.1346>.

SILVA, Márcio Rios Lima. **Democracia, Accountability & Organismos Policiais no Brasil: um estudo de caso sobre a evolução institucional da Corregedoria da Polícia Militar da Bahia**. 2017. 106 p. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2017.

SIMÕES, Fabrício Carlos Pichite dos Santos. **Atuação Investigativa da Polícia Judiciária Militar Estadual em Ocorrência de Intervenção Policial com Resultado de Óbito Civil em Salvador**. 2017. 137 p. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) – Universidade Católica do Salvador, Salvador/BA, 2017.

SOUTO, Saulo Diógenes Azevedo Santos. **Configuração Institucional da Secretaria da Controladoria-Geral do Estado de Pernambuco: Uma Perspectiva Institucional e Apresiativa**. 2017. 130 p. Dissertação (Mestrado em Controladoria) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife/PE, 2017.

TEIXEIRA, Evandro Camargos; JARDIM, Stéffany Costa; OLIVEIRA, Pedro Rodrigues; ALVES, Patrick Allan Ferreira. Violência policial no Brasil: fatores socioeconômicos associados à probabilidade de vitimização. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 278-289, 2022. DOI: <https://doi.org/10.31060/rbsp.2022.v16.n3.1421>.

WASSERSTEIN, Ronald; LAZAR, Nicole. The ASA Statement on p -Values: context, process and purpose. **The American Statistician**, v. 70, n. 2, p. 129-133, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1080/00031305.2016.1154108>.